



Excelsior Alimentos S.A.

**Demonstrações contábeis acompanhadas do Relatório do Auditor
Independente**

31 de dezembro de 2025 e 2024

Índice	Pág.
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente	5
Balanços patrimoniais - Ativo	9
Balanços patrimoniais - Passivo e patrimônio líquido	10
Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	11
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	13
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	14
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	15
Nota 1 - Contexto operacional	16
Nota 2 - Base de elaboração e apresentação	16
Nota 3 - Caixa e equivalentes de caixa	17
Nota 4 - Contas a receber de clientes	17
Nota 5 - Estoques	18
Nota 6 - Impostos a recuperar	18
Nota 7 - Impostos de renda e contribuição social	19
Nota 8 - Transações com partes relacionadas	20
Nota 9 - Imobilizado	21
Nota 10 - Arrendamentos	22
Nota 11 - Fornecedores	24
Nota 12 - Imposto de renda e contribuição social a pagar e obrigações fiscais	24
Nota 13 - Obrigações trabalhistas e sociais	25
Nota 14 - Dividendos declarados	25
Nota 15 - Provisão para riscos processuais	25
Nota 16 - Patrimônio líquido	26
Nota 17 - Receita líquida	26
Nota 18 - Resultado financeiro líquido	27
Nota 19 - Lucro por ação	27
Nota 20 - Custos e despesas por natureza	28
Nota 21 - Segmentos operacionais	28
Nota 22 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos	29
Nota 23 - Aprovação das demonstrações contábeis	32

EXCELSIOR ALIMENTOS S.A.
CNPJ : 95.426.862/0001-97
Código CVM: 1570

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

É com satisfação que compartilho os resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O ano de 2025 foi marcado por uma execução comercial assertiva e pela nossa capacidade de adaptação frente às dinâmicas do mercado. Com muito orgulho, alcançamos um avanço expressivo em nossa receita operacional líquida, que totalizou R\$ 283,5 milhões, refletindo nossa estratégia robusta da porta para fora. Avançamos de forma consistente nos volumes de vendas em todos os nossos canais de atuação, totalizando 26,3 mil toneladas comercializadas no ano. Esse crescimento foi impulsionado por um trabalho focado na melhoria do nosso mix de produtos e em uma estratégia de *Go to Market* direcionada para o fortalecimento das negociações com clientes de médio e grande porte. Esse movimento também nos permitiu sustentar um crescimento no preço médio, que atingiu R\$ 10,76.

Resultado	2025	2024
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	283.518	247.171
Vendas (tons)	26.341	24.510
Preço médio	10,76	10,08
Lucro (prejuízo) líquido (R\$ mil)	22.645	25.823
(-) Resultado financeiro líquido	5.023	3.400
(-) Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos	(6.270)	3.629
(+) Depreciação e amortização	5.409	5.621
(=) Ebitda (R\$ mil) ⁽¹⁾	29.301	24.415
Margem líquida (Lucro/prejuízo líquido sobre ROL)	8,0%	10,4%
Margem Ebitda (Ebitda sobre ROL)	10,3%	9,9%

⁽¹⁾ O EBITDA é definido como lucro líquido ou prejuízo do exercício, acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) e pelo custo e despesa de depreciação e amortização.

Da porta para dentro, nossa resiliência e disciplina na execução foram postas à prova. Enfrentamos um cenário de compras no mercado *spot* bastante desafiador, impactado diretamente pelo aumento substancial nos custos das proteínas, com destaque para a elevação nos preços de aves e, principalmente, de suínos. Diante desse cenário adverso, nossa equipe de suprimentos agiu com agilidade para proteger a operação: conseguimos neutralizar grande parte desses efeitos alongando nossas posições de compras e pulverizando nossas negociações.

Aliado a isso, mantivemos um rigoroso foco na excelência operacional e fomos extremamente disciplinados com a gestão de custos e despesas em toda a estrutura da Companhia. O resultado dessa disciplina foi a aceleração das nossas margens operacionais. Alcançamos um EBITDA de R\$ 29,3 milhões, consolidando uma margem de 10,3% no exercício, evidenciando a eficiência da nossa gestão mesmo diante de pressões de custos externos.

Transparência e Equidade de Gênero

Em consonância com as recentes alterações na legislação societária, introduzidas pela Lei nº 15.177/2025, a Companhia reafirma seu compromisso com a transparência e a promoção da equidade de gênero, por meio da divulgação da representatividade feminina em sua estrutura organizacional. Ao final do exercício de 2025, a Companhia contava com 592 colaboradores, em comparação a 588 colaboradores ao final do exercício de 2024.

Mulheres por nível hierárquico	Em 31 de dezembro de 2025		Em 31 de dezembro de 2024	
	Total	%	Total	%
Coordenador	6	66,67	6	66,67
Supervisor	5	33,33	4	26,67
Especialista	1	100,00	1	100,00
Administrativo ⁽¹⁾	40	60,61	59	65,56
Comercial	53	53,00	54	50,00
Técnico	2	25,00	-	-
Operacional	174	48,33	144	41,98
Estagiário	-	-	1	100,00
Aprendiz	18	75,00	7	53,85
Total	299	50,51	276	46,94

⁽¹⁾ Em 2025 houve uma reclassificação estrutural de cargos, alinhando as posições à natureza real das atividades desempenhadas. Parte relevante desse movimento está relacionada à migração de posições que anteriormente estavam classificadas como administrativas e passaram a ser corretamente alocadas em operacional ou técnicos.

Proporção da remuneração fixa e variável	2025				2024			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
	Remuneração fixa (%)	Remuneração variável (%)	Remuneração fixa (%)	Remuneração variável (%)	Remuneração fixa (%)	Remuneração variável (%)	Remuneração fixa (%)	Remuneração variável (%)
Diretor	-	-	53,74	46,26	-	-	60,03	39,97
Gerente executivo	-	-	72,12	27,88	-	-	69,28	30,72
Gerente	-	-	65,74	34,26	-	-	72,08	27,92
Coordenador	80,70	19,30	74,87	25,13	81,49	18,51	86,78	13,22
Supervisor	89,50	10,50	77,48	22,52	93,46	6,54	85,73	14,27
Especialista	88,43	11,57	-	-	100,00	-	-	-
Administrativo	95,50	4,50	96,03	3,97	95,01	4,99	96,34	3,66
Comercial	82,18	17,82	70,45	29,55	93,54	6,46	89,03	10,97
Técnico	100,00	-	100,00	-	-	-	-	-
Operacional	94,63	5,37	95,08	4,92	92,52	7,48	93,67	6,33
Estagiário	-	-	-	-	100,00	-	-	-
Aprendiz	100,00	-	100,00	-	100,00	-	-	-

Encerramos este ciclo com a certeza de que a estratégia adotada está no caminho certo. Gostaríamos de expressar nosso sincero agradecimento a todos os nossos colaboradores, que com engajamento diário tornam esses resultados possíveis, bem como aos nossos clientes, fornecedores e acionistas pela confiança contínua na solidez da Excelsior Alimentos S.A.

Santa Cruz do Sul, 20 de março de 2026.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente - Luiz Carlos Motta Nunes
Diretor Administrativo e Financeiro - Erico de Arruda Holanda
Diretor de Relações com Investidores - Guilherme Perboyre Cavalcanti



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Excelsior Alimentos S.A.

Santa Cruz do Sul - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Excelsior Alimentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Excelsior Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Reconhecimento de receita

Veja a Nota 17 das demonstrações contábeis

Principal assunto de auditoria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu receita líquida no montante de R\$ 283.518. As receitas são reconhecidas quando existe um contrato com o cliente, o preço da transação é mensurável de forma precisa e quando o controle sobre os bens vendidos é transferido para o cliente.

Devido à relevância das transações de vendas no contexto das demonstrações contábeis e a necessidade de controles auxiliares na determinação do momento em que o controle é transferido para a contraparte, principalmente no final do exercício (corte da receita), consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- i Entendimento do processo e da política de reconhecimento de receita, incluindo o corte da receita no final do exercício;
- ii Avaliação do desenho dos controles internos relacionados ao reconhecimento da receita, relativo ao corte da receita;
- iii Teste de recálculo do corte da receita no final do exercício com base na estimativa da data de entrega dos produtos vendidos, e testes de dados relevantes tais como distância do local de origem e de destino da venda e data de emissão da nota fiscal;

Adicionalmente, avaliamos se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento de receita.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos apropriado o reconhecimento da receita, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2025 tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção

relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6


Fabian Junqueira Sousa
Contador CRC 1SP235639/O

Excelsior Alimentos S.A.

**Balanços patrimoniais
(Em milhares de reais)**

	Nota	31.12.25	31.12.24
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	70.925	35.468
Contas a receber de clientes	4	35.110	29.814
Estoques	5	13.166	14.505
Impostos a recuperar	6	1.414	1.604
Outros ativos circulantes		604	578
TOTAL DO CIRCULANTE		121.219	81.969
NÃO CIRCULANTE			
Impostos a recuperar	6	28	8
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	3.569	15.085
Depósitos e cauções	15	873	119
Outros ativos não circulantes		29	28
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.499	15.240
Imobilizado	9	85.743	84.960
Direito de uso de arrendamento	10.1	968	1.351
Intangível		29	33
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		91.239	101.584
TOTAL DO ATIVO		212.458	183.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Excelsior Alimentos S.A.

**Balanços patrimoniais
(Em milhares de reais)**

	Nota	31.12.25	31.12.24
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	42.930	32.419
Fornecedores risco sacado	11	577	603
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	399	246
Obrigações fiscais	12	3.726	3.575
Obrigações trabalhistas e sociais	13	8.871	7.306
Dividendos declarados	14	5.431	6.206
Arrendamentos a pagar	10.2	658	1.261
Outros passivos circulantes		4.690	4.030
TOTAL DO CIRCULANTE		67.282	55.646
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações fiscais	12	1.439	1.319
Arrendamentos a pagar	10.2	250	133
Provisão para riscos processuais	15	1.475	1.746
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.164	3.198
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		64.161	60.548
Reserva legal		8.479	7.344
Reserva de subvenção para investimentos		534	534
Reserva estatutária		68.838	56.283
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		142.012	124.709
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		212.458	183.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Excelsior Alimentos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.25	31.12.24
RECEITA LÍQUIDA	17	283.518	247.171
Custo dos produtos vendidos	20	(212.855)	(185.779)
LUCRO BRUTO		70.663	61.392
Administrativas e gerais	20	(5.405)	(4.741)
Com vendas	20	(41.350)	(37.838)
Outras receitas		197	773
Outras despesas		(213)	(792)
DESPESAS OPERACIONAIS		(46.771)	(42.598)
RESULTADO OPERACIONAL		23.892	18.794
Receita financeira	18	7.387	6.469
Despesa financeira	18	(2.364)	(3.069)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		5.023	3.400
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		28.915	22.194
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(6.310)	(2.744)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	40	6.373
TOTAL DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(6.270)	3.629
LUCRO LÍQUIDO		22.645	25.823
Lucro básico e diluído por ação ordinária	19	4,1478	4,7299
Lucro básico e diluído por ação preferencial	19	4,5626	5,2029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Excelsior Alimentos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31.12.25	31.12.24
Lucro líquido	22.645	25.823
Total do resultado abrangente	22.645	25.823

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Excelsior Alimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros					Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva estatutária	Lucros acumulados	
01 DE JANEIRO DE 2024		44.471	6.053	534	53.961	—	105.019
Lucro líquido		—	—	—	—	25.823	25.823
Aumento de capital social ⁽¹⁾		16.077	—	—	(16.077)	—	—
Constituição de reserva legal	16.b	—	1.291	—	—	(1.291)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	16.c	—	—	—	—	(6.133)	(6.133)
Constituição de reserva estatutária	16.b	—	—	—	18.399	(18.399)	—
31 DE DEZEMBRO DE 2024		60.548	7.344	534	56.283	—	124.709
01 DE JANEIRO DE 2025		60.548	7.344	534	56.283	—	124.709
Lucro líquido		—	—	—	—	22.645	22.645
Aumento de capital social ⁽²⁾		3.613	—	—	(3.613)	—	—
Constituição de reserva legal	16.b	—	1.135	—	—	(1.135)	—
Constituição de reserva estatutária	16.b	—	—	—	16.168	(16.168)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	16.c	—	—	—	—	(5.389)	(5.389)
Dividendos prescritos		—	—	—	—	47	47
31 DE DEZEMBRO DE 2025		64.161	8.479	534	68.838	—	142.012

⁽¹⁾ Em 29 de abril de 2024, foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E), o aumento de capital social por meio da capitalização de parte da reserva estatutária, sem emissão de novas ações.

⁽²⁾ Em 25 de abril de 2025, foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E), o aumento de capital social por meio da capitalização de parte da reserva estatutária, sem emissão de novas ações.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Excelsior Alimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.25	31.12.24
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido		22.645	25.823
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	20	5.410	5.621
Constituição (reversão) de provisão de perdas por redução ao valor recuperável de clientes	4	383	(163)
Resultado na baixa de imobilizado	9	212	23
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	7.b	6.270	(3.629)
Resultado financeiro líquido	18	(5.023)	(3.400)
Provisão (reversão) de ajustes para o valor realizável dos estoques	5	(212)	218
Provisão para riscos processuais	15	1.079	1.156
		30.764	25.649
Variação em:			
Contas a receber		(3.122)	(611)
Estoques		1.550	(2.544)
Impostos a recuperar		326	1.094
Outros ativos circulantes e não circulantes		10.778	554
Fornecedores e fornecedores risco sacado		8.792	(450)
Outros passivos circulantes e não circulantes		1.401	502
Variações em ativos e passivos operacionais		19.725	(1.455)
Juros pagos		(308)	(597)
Juros recebidos		4.989	2.230
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.347)	(2.744)
Pagamento de contingências	15	(1.514)	(1.274)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		48.309	21.809
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de ativo imobilizado	9	(5.124)	(3.204)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(5.124)	(3.204)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		—	(5.833)
Pagamentos de arrendamento mercantil	10.2	(1.611)	(1.478)
Dividendos pagos	14	(6.117)	(4.054)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(7.728)	(11.365)
Variação líquida		35.457	7.240
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		35.468	28.228
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		70.925	35.468
Transações não-caixa:			
	Nota	31.12.25	31.12.24
Novos contratos de arrendamentos	10.2	1.103	596
Dividendos declarados	14	(5.389)	(6.133)
Dividendos provisionados e prescritos		47	—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Excelsior Alimentos S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31.12.25	31.12.24
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	348.548	302.173
Outras receitas operacionais líquidas	(28)	366
Constituição (reversão) de provisão de perdas por redução ao valor recuperável de clientes	(383)	163
	348.137	302.702
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(138.714)	(119.509)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(67.313)	(60.979)
	(206.027)	(180.488)
Valor adicionado bruto	142.110	122.214
Depreciação e amortização	(5.410)	(5.621)
Valor adicionado líquido produzido	136.700	116.593
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.387	6.469
Outras	6	4
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	144.093	123.066
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remuneração direta	35.487	32.039
Benefícios	8.773	7.440
FGTS	2.318	2.179
	46.578	41.658
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	36.500	21.379
Estaduais	34.090	28.117
	70.590	49.496
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	2.367	3.025
Aluguéis	1.913	1.916
Outras	—	1.148
	4.280	6.089
Remuneração de capitais próprios		
Lucro líquido	22.645	25.823
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	144.093	123.066

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional

A Excelsior Alimentos S.A. ("Companhia") controlada direta e indiretamente (por meio da Baumhardt Comércio e Participações Ltda.) pela Seara Alimentos Ltda., localizada no estado de Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Cruz do Sul, tem como principal atividade a produção de industrializados de embutidos de carnes. É líder nacional na produção e comercialização de patês em bisnagas, sendo seus principais produtos: presuntos, fiambres, mortadelas, linguças, salsichas e patês. A cadeia de distribuição da Companhia permite que seus produtos sejam comercializados junto a redes varejistas, distribuidores e revendedores e pequenos estabelecimentos comerciais, principalmente na Região Sul, tendo o estado do Rio Grande do Sul como seu principal mercado.

A Companhia tem suas ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos BAUH4 e BAUH3.

A aprovação destas demonstrações contábeis pela diretoria ocorreu em 20 de março de 2026.

1.1 Reforma tributária sobre o consumo

A Reforma Tributária sobre o consumo, implementada a partir da Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, introduziu mudanças estruturais relevantes no sistema tributário brasileiro. O novo modelo substitui o ICMS, o ISS, o PIS, a COFINS e o IPI por um sistema baseado na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e no Imposto Seletivo (IS), com o objetivo de simplificar a tributação e aumentar a transparência na incidência sobre o consumo.

A legislação complementar aprovada até o momento disciplinou aspectos centrais do novo regime, incluindo diretrizes para a administração do IBS e a criação do Comitê Gestor responsável por sua gestão, cuja implementação ocorrerá de forma gradual. A Reforma prevê um período de transição entre 2026 e 2032, durante o qual os modelos atual e novo coexistirão, de modo que os impactos definitivos sobre a apuração dos tributos dependerão da edição de normas infralegais e regulamentações adicionais ainda pendentes.

A Administração acompanha de forma contínua a evolução legislativa e regulatória relacionada à Reforma Tributária, adotando as medidas necessárias para o atendimento das obrigações acessórias atualmente exigidas. Os ajustes finais em processos, sistemas e controles internos serão implementados à medida que o arcabouço regulatório seja integralmente concluído. Até o momento, não foram identificados efeitos relevantes nas informações contábeis, considerando que a aplicação plena do novo modelo ocorrerá ao longo do período de transição. Nesse contexto, a Companhia já promoveu as adequações necessárias para o destaque dos tributos nos documentos fiscais, em conformidade com as diretrizes legais aplicáveis, em linha com o princípio da transparência na tributação sobre o consumo e com as exigências previstas para o novo sistema.

2 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) com base nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto dessas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. A elaboração das demonstrações contábeis exige que determinados julgamentos e estimativas sejam feitos sobre os efeitos de questões inerentemente incertas e que afetam o valor contábil de ativos e passivos. Os julgamentos também impactam o valor contábil durante o exercício corrente de determinadas receitas e despesas. Esses julgamentos incluem reconhecimento de receita, reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos e mensuração e reconhecimento de provisões e contingências. Os resultados reais podem diferir dos estimados, dependendo das variáveis, suposições ou condições utilizadas pela Companhia.

a. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Essas demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

b. Transações e saldos em moeda diferente da moeda funcional

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data das demonstrações contábeis são convertidos para a moeda funcional pela taxa cambial correspondente à data de encerramento do balanço. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro do exercício, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

c. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas com pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia não concede benefícios de longo prazo, tais como: (i) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (ii) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (iv) remuneração baseada em ações.

d. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Quando relevantes, os ativos e passivos monetários são ajustados ao seu valor presente sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo:

- I. o montante a ser descontado;
- II. as datas de realização e liquidação; e
- III. a taxa de desconto.

e. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia

IAS 21/CPC 02 - Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

A partir de 1 de janeiro de 2025, essa alteração estabelece os requisitos contábeis para quando uma moeda funcional não pode ser convertida em outras moedas. Nesse caso, a Empresa deve usar a taxa de câmbio observável mais recente para traduzir os resultados e a posição financeira dessa operação no exterior para a sua moeda de apresentação. A entidade também deve divulgar essa taxa de câmbio, a data em que foi observada e as razões pelas quais a moeda não é trocável. Essa norma não é aplicável à Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

f. Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações emitidas pelo IASB aplicável ao CPC que serão adotados pela Companhia

IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

A partir de 1 de janeiro de 2027, o IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As Companhias são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas serão fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, e irá adequar a divulgação de acordo com o requerimento da norma nas demonstrações contábeis anuais no período de sua exigibilidade.

IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação, Mensuração e Divulgação de Instrumentos Financeiros

A partir de 1 de janeiro de 2026, entram em vigor alterações às normas IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que passam a estabelecer que:

- Esclarecem o momento de reconhecimento e de desreconhecimento de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e de passivos financeiros, inclusive em operações liquidadas por sistemas eletrônicos de pagamento ou compensação;
- Aprimoram as orientações para avaliação do critério de pagamentos de principal e juros, especialmente em instrumentos com cláusulas contratuais que prevejam características contingentes, indexadores não usuais ou ajustes na remuneração; e
- Introduzem requisitos adicionais de divulgação relacionados a julgamentos relevantes na classificação de instrumentos financeiros e a instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, incluindo informações mais detalhadas sobre ganhos, perdas e alienações.

Adicionalmente, no que se refere a contratos de aquisição de energia cuja entrega esteja condicionada a fatores climáticos, tais como contratos de compra de energia eólica ou solar com volumes variáveis, as alterações normativas passam a esclarecer as circunstâncias em que esses instrumentos podem ser qualificados como contratos destinados ao uso próprio ("own use"), permanecendo, portanto, fora do escopo de mensuração ao valor justo. As modificações também admitem a sua designação como instrumentos de hedge, desde que atendidos os requisitos formais de documentação e de comprovação de efetividade estabelecidos na norma aplicável. Além disso, passam a ser exigidas divulgações específicas relativas à natureza desses contratos, incluindo seus principais termos e condições, a exposição a variáveis climáticas e os impactos correspondentes no resultado, nos fluxos de caixa e na gestão de riscos da entidade.

A Companhia está avaliando os impactos decorrentes da aplicação dessas alterações em suas demonstrações financeiras.

2.1 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis exige que determinados julgamentos e estimativas sejam feitos sobre os efeitos de questões inerentemente incertas e que afetam o valor contábil de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dos estimados, dependendo das variáveis, suposições ou condições utilizadas pela Administração.

Julgamentos: Informações sobre os julgamentos efetuados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos mais significativos nas quantias reconhecidas nestas demonstrações contábeis é incluída nas seguintes notas:

- Receita líquida - transferência de controle (nota 17).
- Imposto de renda corrente e diferido - posições fiscais incertas (nota 7).

Premissas e incertezas de estimativas: Informações sobre as premissas e incertezas de estimativas na data de encerramento das demonstrações contábeis que têm um risco significativo de resultar em um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas:

- Reconhecimento de impostos diferidos ativos (nota 7);
- Principais premissas utilizadas na elaboração das estimativas de riscos processuais (nota 15);
- Instrumentos financeiros (nota 22).

A Companhia revisa tempestivamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa, bancos e os investimentos de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor justo. O valor contábil desses ativos se aproxima de seus valores justos. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são apresentados a seguir:

	31.12.25	31.12.24
Caixa e bancos	6.010	12.215
CDB ⁽¹⁾	64.915	23.253
	70.925	35.468

⁽¹⁾ Os Certificados de Depósitos Bancários - CDBs são mantidos com instituições financeiras, e em 31 de dezembro de 2025 renderam juros a taxa média de 99,6% (102% em 31 de dezembro de 2024) da taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

A Companhia não possui nenhuma restrição de uso dos valores de caixa e equivalentes de caixa.

4 Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores devidos pelos clientes no curso normal dos negócios da Companhia. As contas a receber de clientes são apresentadas pelo custo amortizável, deduzidas de eventual estimativa de perda do seu valor recuperável. O *aging* do contas a receber assim como a provisão de perdas por redução ao valor recuperável de clientes e o ajuste a valor presente (AVP) são apresentados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31.12.25	31.12.24
Duplicatas a vencer	34.680	29.409
Duplicatas vencidas:		
De 1 a 30 dias	488	540
De 31 a 60 dias	30	15
De 61 a 90 dias	16	24
Acima de 90 dias	904	520
Total duplicatas vencidas	1.438	1.099
Provisão de perdas por redução ao valor recuperável de clientes	(922)	(539)
Ajuste a valor presente - AVP ⁽¹⁾	(86)	(155)
	35.110	29.814

⁽¹⁾ Os recebíveis são ajustados a valor presente utilizando as taxas de juros vigentes nos contratos da Companhia. A taxa média ponderada de desconto vigente e utilizada para o cálculo do valor presente do contas a receber em 31 de dezembro de 2025 foi de 5,64% ao ano (em 31 de dezembro de 2024 foi de 12,12% ao ano).

No âmbito do contas a receber de clientes, a diversidade da carteira de clientes contribui significativamente para a redução do risco de crédito, porém, foram estabelecidos parâmetros que limitam a quantidade de crédito concedida aos clientes com base nos índices financeiros mínimos exigidos e análise das operações dos clientes, que incluem referências as entidades de monitoramento de crédito e histórico do cliente.

As perdas esperadas são estimadas com base em análises históricas e também em relação à situação atual dos clientes. Uma provisão é registrada para créditos antigos e vencidos, considerando a probabilidade de perda com base na experiência histórica. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD), bem como suas reversões, são registradas na demonstração do resultado na rubrica "Despesas com vendas". A movimentação da PECLD está demonstrada abaixo:

	31.12.25	31.12.24
Saldo inicial	(539)	(702)
Adições	(620)	(308)
Baixas/Estorno	237	471
Saldo final	(922)	(539)

5 Estoques

São registrados ao custo médio de aquisição ou produção que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. No caso dos produtos acabados, o custo inclui uma parte dos custos gerais de produção com base na capacidade operacional normal.

	31.12.25	31.12.24
Mercadorias e produtos acabados	7.207	7.372
Matéria-prima	1.560	2.192
Almoxarifado	4.399	4.941
	13.166	14.505

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia reconheceu o valor realizável líquido dos estoques, cujas adições, reversões e baixas foram registradas em custo dos produtos vendidos, nos montantes de R\$ 212 e R\$ (218), respectivamente.

6 Impostos a recuperar

Os saldos de impostos a recuperar são apresentados a seguir:

	31.12.25	31.12.24
ICMS	1.332	1.464
IRPJ e CSLL	49	3
PIS e COFINS ⁽¹⁾	60	144
Outros	1	1
	1.442	1.612
Desmembramento:		
Ativo circulante	1.414	1.604
Ativo não circulante	28	8
	1.442	1.612

⁽¹⁾ **PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição social para o Financiamento da Seguridade Social:** Refere-se a crédito não cumulativo incidente sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários utilizados nos produtos vendidos e a créditos provenientes da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS. Tais créditos não expiram e poderão ser recuperados mediante a compensação com outros impostos de âmbito federal, ou ainda, através de ressarcimento em espécie.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

7 Impostos de renda e contribuição social

Impostos correntes

A Excelsior Alimentos localizada no Brasil é tributada conforme a legislação fiscal vigente no país. A Companhia analisa os resultados para a aplicação de sua legislação de imposto de renda.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados sobre o lucro tributável do período e eventuais ajustes de anos anteriores. O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é registrado com base na melhor estimativa levando-se em conta as incertezas relacionadas ao cálculo de tais tributos.

A alíquota efetiva é calculada com base na legislação fiscal vigente de cada período. A Administração avalia periodicamente seu posicionamento frente às questões tributárias sujeitas a interpretações diversas e reconhece, quando necessário, provisão para eventual pagamento de imposto de renda e contribuição social.

Impostos diferidos

Nas demonstrações contábeis, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal se as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Na Companhia, os cálculos de impostos referem-se a incertezas fiscais conhecidas devido a julgamentos utilizados para calcular passivos fiscais na aplicação de regulamentos tributários complexos, que estão em constante evolução nas jurisdições fiscais onde o Grupo opera. Os impostos diferidos somente serão reconhecidos caso seja provável que futuramente exista base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos compensados, com base em projeções de resultados tributáveis bem como estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia.

Alterações em leis e alíquotas tributárias podem afetar os ativos e passivos fiscais diferidos registrados no futuro. A Administração não acredita que haja uma probabilidade razoável de que haverá uma alteração material nos saldos reconhecidos, porém, no encerramento do exercício fiscal, a apuração pode resultar em um pagamento que seja significativamente diferente da estimativa atual dos passivos fiscais ou uma mudança na alíquota efetiva nas demonstrações contábeis, devido à complexidade destas incertezas fiscais. Um acordo legal desfavorável à Companhia exigiria uma saída de caixa e poderia resultar em aumento na alíquota efetiva na apuração; um acordo legal favorável pode resultar em uma redução da alíquota efetiva na apuração.

Os impostos diferidos são constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias ativas e passivas sobre a base fiscal versus contábil. Os impostos diferidos não são reconhecidos quando oriundos de ajustes ativos e/ou passivos que não afetam as bases tributárias, com exceção dos ajustes de combinações de negócios. Os impostos diferidos são determinados utilizando as alíquotas (e leis) efetivas ou substancialmente efetivas no encerramento do exercício corrente e espera-se que sejam aplicados quando o imposto diferido ativo seja realizado ou o imposto diferido passivo seja liquidado.

Os prejuízos fiscais apurados no Brasil não expiram, entretanto estão limitados a utilização de 30% sobre o lucro tributável do exercício.

	31.12.25	31.12.24
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo	3.569	15.085
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivo	—	—
	3.569	15.085

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a.1. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31.12.24	Reconhecido no resultado	Demais ajustes ⁽¹⁾	31.12.25
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	11.761	(205)	(11.556)	—
Perda esperada de crédito em liquidação duvidosa	34	47	—	81
Ajuste de <i>Cut-Off</i> (Reconhecimento de receita)	79	(20)	—	59
Provisão para contingência	594	(92)	—	502
Ajuste a valor justo	48	(28)	—	20
Demais diferenças temporárias	1.931	178	—	2.109
Provisão para participação dos resultados	624	195	—	819
Direito de uso de arrendamentos	14	(35)	—	(21)
Total líquido	15.085	40	(11.556)	3.569

	31.12.23	Reconhecido no Resultado	31.12.24
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	5.840	5.921	11.761
Perda esperada de crédito em liquidação duvidosa	113	(79)	34
Ajuste de <i>Cut-Off</i> (Reconhecimento de receita)	16	63	79
Provisão para contingência	508	86	594
Ajuste a valor justo	37	11	48
Demais diferenças temporárias	1.717	214	1.931
Provisão para participação dos resultados	663	(39)	624
Direito de uso de arrendamentos	13	1	14
Créditos decisões judiciais ⁽²⁾	(195)	195	—
Total líquido	8.712	6.373	15.085

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

⁽¹⁾ Variação nas contas patrimoniais de impostos diferidos que não afetam diretamente as contas de resultado são demonstradas em uma coluna específica nas notas explicativas. Tais ajustes se referem principalmente a transferência de prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para JBS S/A para quitação do auto de infração relacionado à tributação de lucros auferidos no exterior (TBU), relativo ao ano-calendário de 2016, no qual o referido auto de infração foi mantido, em decisão definitiva, por voto de qualidade, no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

⁽²⁾ Impostos diferidos constituídos em virtude dos créditos provenientes da exclusão do ICMS das bases de cálculo de PIS e COFINS.

b. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	31.12.25	31.12.24
Resultado antes da tributação	28.915	22.194
Alíquota nominal	-34%	-34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	(9.831)	(7.546)
Ajustes do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Subvenções para investimentos ⁽³⁾	3.620	3.720
Impostos diferidos do ano corrente não constituídos, e constituído de anos anteriores	—	7.145
Outras diferenças permanentes	(123)	(144)
Juros SELIC sobre créditos fiscais	64	408
Lei do bem	—	46
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(6.270)	3.629
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.310)	(2.744)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	40	6.373
	(6.270)	3.629
Alíquota efetiva	(21,68)%	16,35 %

De acordo com o IAS 12/CPC 32, a alíquota média efetiva é calculada pela razão entre a despesa (receita) tributária e o lucro contábil. No entanto, é importante destacar que essa alíquota pode ser influenciada por operações que impactam a despesa (receita) tributária, mas que não possuem relação direta com o lucro líquido do período. Exemplos dessas operações incluem os efeitos dos impostos diferidos não constituídos, imposto de renda e a contribuição social sobre a subvenção para investimento de anos anteriores. Em nosso entendimento, essas informações devem ser consideradas para a análise da alíquota efetiva.

⁽³⁾ A Companhia possui subvenções concedidas pelos governos estaduais, a título de crédito presumido, em acordo com o regulamento de cada Estado. Os valores apropriados desse incentivo fiscal como receita no resultado, são excluídos na apuração dos tributos sobre o lucro, quando atendidos os requisitos previstos na legislação vigente.

Imposto Mínimo Global

A partir do ano-calendário de 2024, as regras do Pilar II entram em vigor em diversos países, impactando as multinacionais que operem nessas jurisdições.

A Companhia, por estar sujeita a tais normas globais do Pilar II, decidiu aplicar a exceção de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos, bem como de estimativa de pagamento complementar relacionados ao imposto de renda devido às incertezas de mensuração e impactos.

Ressaltamos que a Companhia contratou uma empresa especializada a qual está nos auxiliando no monitoramento dos potenciais impactos que essa nova regra poderá trazer ao Grupo. Com base nas avaliações atuais, a Companhia não identificou uma exposição tributária significativa decorrente desse imposto no exercício.

8 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos (clientes, fornecedores e adiantamentos), assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício (receitas, compras e serviços tomados) relativas a operações com as partes relacionadas, decorrem principalmente da compra de insumos e prestação de serviços de armazenagem e transbordo em condições específicas firmadas entre as partes que seguem as diretrizes da Política de Transações com Partes Relacionadas do Grupo JBS. O detalhamento dos saldos com partes relacionadas está apresentado a seguir:

	31.12.25		31.12.24	
	Clientes	Fornecedores / Adiantamento de clientes ⁽¹⁾	Clientes	Fornecedores / Adiantamento de clientes ⁽¹⁾
JBS Aves Ltda.	—	—	—	12
JBS S.A.	—	20	—	47
Seara Comércio de Alimentos Ltda.	—	216	—	—
Seara Alimentos Ltda.	23	19.658	23	12.717
	23	19.894	23	12.776

⁽¹⁾ Adiantamento de clientes são totalizados na rubrica "Outros passivos circulantes".

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31.12.25		31.12.24	
	Compras mercadorias / Serviços tomados	Receitas vendas / Serviços prestados	Compras mercadorias / Serviços tomados	Receitas vendas / Serviços prestados
JBS Aves Ltda.	3.955	7	44	15
JBS S.A.	2.539	—	2.744	—
Seara Comércio de Alimentos Ltda.	485	—	—	—
Seara Alimentos Ltda.	121.280	231	100.668	385
	128.259	238	103.456	400

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da Administração da Companhia inclui a Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. São remunerados os membros do Conselho Fiscal e um membro da Diretoria Estatutária da Companhia, e representam, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os valores de:

	31.12.25		31.12.24	
	Membros	Valor agregado	Membros	Valor agregado
Benefícios de curto prazo	4	2.133	4	2.076
	4	2.133	4	2.076

A Companhia não concede benefícios de longo prazo, tais como: (i) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (ii) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (iv) remuneração baseada em ações.

9 Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo histórico inclui custos diretamente relacionados ao preço de aquisição e os custos atribuíveis ao ativo para deixá-lo nas condições de funcionamento pretendidas. Quando peças ou outras partes de um ativo imobilizado possuem vidas úteis diferentes, esses componentes são reconhecidos separadamente.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses custos possam ser mensurados de forma confiável. O valor contábil de peças ou itens utilizados na substituição ou manutenção de bens que não aumentam a vida útil do bem são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após a vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados pelo menos ao final de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é imediatamente baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Não houve perdas de valor recuperável no exercício de reporte corrente.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil residual do ativo e são reconhecidos no resultado.

O saldo de obras em andamento representa os investimentos com ampliação, modernização e adequação das unidades visando a maior produtividade e à obtenção de novas certificações exigidas pelo mercado. Quando da conclusão e início da operação desses ativos, os mesmos são transferidos para a adequada conta do ativo imobilizado, sendo reconhecida a partir desse momento a depreciação dos bens.

Os ativos imobilizados são apresentados a seguir:

	Vida útil dos ativos imobilizados	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
				31.12.25	31.12.24
Imóveis	5 a 40 anos	45.865	(7.277)	38.588	38.304
Terrenos	-	7	—	7	7
Máquinas e equipamentos	3 a 30 anos	51.996	(25.256)	26.740	26.931
Instalações	10 a 30 anos	19.770	(5.119)	14.651	12.157
Equipamentos de informática	3 a 5 anos	1.559	(1.274)	285	284
Obras em andamento	-	4.458	—	4.458	6.273
Móveis e utensílios	3 a 15 anos	1.762	(748)	1.014	1.004
		125.433	(39.690)	85.743	84.960

A Administração da Companhia revisou a vida útil dos bens do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025, obtendo entendimento sobre a adequação das taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado que estão sendo aplicadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração não identificou evidências de alteração significativa na vida útil dos bens do ativo imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

As movimentações dos ativos imobilizados são apresentadas a seguir:

	31.12.24	Adições líquidas de transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	31.12.25
Imóveis	38.304	1.205	—	(921)	38.588
Terrenos	7	—	—	—	7
Máquinas e equipamentos	26.931	2.065	(185)	(2.071)	26.740
Instalações	12.157	3.389	(7)	(888)	14.651
Equipamentos de informática	284	130	(9)	(120)	285
Obras em andamento	6.273	(1.815)	—	—	4.458
Móveis e utensílios	1.004	150	(11)	(129)	1.014
	84.960	5.124	(212)	(4.129)	85.743

	31.12.23	Adições líquidas de transferências ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	31.12.24
Imóveis	39.213	—	—	(909)	38.304
Terrenos	7	—	—	—	7
Máquinas e equipamentos	28.804	247	(21)	(2.099)	26.931
Instalações	12.963	45	—	(851)	12.157
Equipamentos de informática	333	137	(2)	(184)	284
Veículos	1	—	—	(1)	—
Obras em andamento	3.596	2.677	—	—	6.273
Móveis e utensílios	1.033	98	—	(127)	1.004
	85.950	3.204	(23)	(4.171)	84.960

⁽¹⁾ As adições de cada linha são apresentadas líquidas de transferências de obras em andamento.

10 Arrendamentos

Os contratos identificados pela Companhia referem-se substancialmente aos arrendamentos de edificações, máquinas e equipamentos e veículos.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

O ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo do arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa média dos empréstimos.

Na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados. Tal vedação gera distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

A natureza das despesas relacionadas ao direito de uso de arrendamento mercantil está registrada como custo de depreciação. As despesas financeiras sobre as obrigações de arrendamento são reconhecidas e demonstradas como despesas de juros.

A Companhia não reconhece um ativo e passivo de arrendamento mercantil para contratos com prazo inferior a 12 meses e/ou valores não relevantes.

10.1 Direito de uso de arrendamento

As movimentações dos direitos de uso de arrendamento são apresentadas a seguir:

	Vida útil dos ativos	Direito de uso	Amortização acumulada	Líquido	
				31.12.25	31.12.24
Imóveis	1 ano	1.952	(1.156)	796	269
Máquinas e equipamentos	-	766	(649)	117	416
Veículos (terrestres)	1 a 2 anos	1.572	(1.517)	55	666
		4.290	(3.322)	968	1.351

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31.12.24	Adição de contratos	Contratos encerrados	Constituição de PIS/COFINS	Depreciação	31.12.25
Imóveis	269	896	—	(45)	(324)	796
Máquinas e equipamentos	416	126	(59)	(34)	(332)	117
Veículos (terrestres)	666	81	—	(70)	(622)	55
	1.351	1.103	(59)	(149)	(1.278)	968

	31.12.23	Adição de contratos	Constituição de PIS/COFINS	Depreciação	31.12.24
Imóveis	644	331	(69)	(637)	269
Máquinas e equipamentos	776	7	(36)	(331)	416
Veículos (terrestres)	942	258	(54)	(480)	666
	2.362	596	(159)	(1.448)	1.351

10.2 Arrendamentos a pagar

Os arrendamentos a pagar são apresentados a seguir:

	31.12.25	31.12.24
Arrendamentos a pagar	953	1.445
Ajuste ao valor presente	(45)	(51)
	908	1.394
Desmembramento:		
Passivo circulante	658	1.261
Passivo não circulante	250	133
	908	1.394

As movimentações de arrendamentos a pagar são apresentadas a seguir:

	31.12.24	Adição de contratos	Juros apropriados	Pagamentos	Contratos encerrados	31.12.25
Arrendamentos a pagar	1.445	1.184	—	(1.611)	(65)	953
Ajuste ao valor presente	(51)	(81)	85	—	2	(45)
	1.394	1.103	85	(1.611)	(63)	908

	31.12.23	Adição de contratos	Juros apropriados	Pagamentos	31.12.24
Arrendamentos a pagar	2.523	400	—	(1.478)	1.445
Ajuste ao valor presente	(123)	196	(124)	—	(51)
	2.400	596	(124)	(1.478)	1.394

As taxas de desconto anuais vigentes e utilizadas para o cálculo do valor presente da provisão com arrendamentos dos ativos identificados e, consequentemente, para apropriação dos juros financeiros, em 31 de dezembro de 2025, estão entre 6,39% a 7,21% (6,25% a 6,85% em 31 de dezembro de 2024) em conformidade com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento.

Os valores reconhecidos no resultado como despesas de arrendamento estão demonstrados abaixo:

	31.12.25	31.12.24
Pagamento variável	158	—
Arrendamentos de curto prazo	14	286
Arrendamentos de valor não material	184	4
	356	290

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo da provisão com arrendamento segue abaixo:

Vencimento	31.12.25	31.12.24
2026	—	135
2027	239	—
2028	17	—
Ajuste a valor presente	(6)	(2)
	250	133

11 Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal dos negócios. São registrados inicialmente a valor justo e, subsequentemente são mensurados a custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Estão segregados pelos principais tipos de fornecedores conforme demonstrados abaixo:

	31.12.25	31.12.24
Materiais e serviços	43.130	32.669
Ajuste a valor presente - AVP	(200)	(250)
	42.930	32.419
Fornecedores risco sacado	577	603
	43.507	33.022

Risco sacado

A Companhia realiza operações de risco sacado com instituições financeiras de primeira linha junto a fornecedores no mercado interno. Ressalta-se que, além de uma flexibilização de prazos, não houve qualquer alteração operacional ou comercial no processo. Adicionalmente, essa transação não impacta os preços praticados pelos fornecedores, que permanecem inalterados em relação aos valores anteriores à operação.

O acordo tem como principal objetivo otimizar o processamento de pagamentos e viabilizar a antecipação de recebíveis aos fornecedores participantes, em relação à data de vencimento original da fatura. Para a Companhia, essa operação não resulta em uma extensão significativa dos prazos de pagamento em comparação aos termos previamente acordados com fornecedores não participantes, mas oferece aos interessados a vantagem do recebimento antecipado. Além disso, a Companhia não incorre em juros adicionais sobre os valores devidos. Assim, os montantes envolvidos na transação são registrados como contas a pagar, mantendo a mesma natureza e função das demais obrigações da Companhia, sendo classificados como passivos circulantes em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Intervalo de data de vencimento:

	31.12.25	31.12.24
Intervalo de vencimento - Fornecedores Risco Sacado	33 - 189	14 - 182
Intervalo de vencimento - Fornecedores	3 - 193	3 - 182

12 Imposto de renda e contribuição social a pagar e obrigações fiscais

Obrigações fiscais e imposto de renda e contribuição social a pagar são compostos conforme abaixo:

	31.12.25	31.12.24
Imposto de renda e contribuição social retido na fonte a recolher	7	7
ICMS a recolher	1.484	1.414
PIS e COFINS a recolher	2.056	1.967
INSS a recolher	175	185
CPRB a recolher	1.439	1.319
Outros	4	2
Subtotal	5.165	4.894
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro	399	246
Total	5.564	5.140
Desmembramento:		
Passivo circulante	4.125	3.821
Passivo não circulante	1.439	1.319
	5.564	5.140

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

13 Obrigações trabalhistas e sociais

Obrigações trabalhistas e sociais são compostas conforme abaixo:

	31.12.25	31.12.24
Salários e encargos sociais	4.797	3.956
Férias e encargos a pagar	3.661	2.979
IRRF sobre folha de pagamento	413	371
	8.871	7.306

14 Dividendos declarados

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia pagou R\$ 6.117 e R\$ 4.054, respectivamente, de dividendos aos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia declarou R\$ 5.389 correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado nos termos dos artigos 189, 190, 191 e ajustado nos termos dos incisos I, II e III do artigo 202, da Lei nº 6.404/76, dos quais R\$ 2.810 correspondem ao montante total destinado aos acionistas titulares de ações ordinárias (R\$ 0,99 por ação ordinária) e R\$ 2.579 o montante total destinado aos acionistas titulares de ações preferenciais (R\$ 1,09 por ação preferencial).

Desta forma, dividendos declarados são apresentados a seguir:

	31.12.25	31.12.24
Dividendos declarados	5.431	6.206

15 Provisão para riscos processuais

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Companhia utilize estimativas e premissas referentes às contingências, que afetam o valor de ativos e passivos e de receitas e despesas no exercício de reporte corrente. Em particular, as incertezas de natureza fiscal provenientes da legislação brasileira, requerem que a Companhia utilize certos julgamentos para a determinação de passivos fiscais e o resultado, quando da efetiva realização, pode divergir destas estimativas.

A Companhia está sujeita a processos de natureza trabalhista, cível, fiscal e previdenciária. A Companhia precisa estimar a probabilidade de qualquer resultado adverso desses processos, assim como estimar as perdas prováveis desses assuntos.

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Nenhuma provisão é registrada se o passivo é avaliado como possível, mas, não provável. Perdas avaliadas como possíveis, são demonstradas em notas explicativas. Caso a perda seja avaliada como remota, nenhuma provisão é registrada ou divulgada, visto que a divulgação neste caso, não é requerida.

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades, os quais são registrados com base em seus custos iniciais determinados pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.25	31.12.24
Trabalhistas	1.455	1.710
Cíveis	20	36
Total	1.475	1.746

As movimentações da provisão para riscos processuais são apresentadas a seguir:

	31.12.24	Adições, baixas e mudanças de estimativas	Pagamentos	Atualização monetária	31.12.25
Trabalhistas	1.710	741	(1.157)	161	1.455
Cíveis	36	224	(243)	3	20
Fiscais e previdenciários	—	114	(114)	—	—
Total	1.746	1.079	(1.514)	164	1.475

	31.12.23	Adições, baixas e mudanças de estimativas	Pagamentos	Atualização monetária	31.12.24
Trabalhistas	1.265	1.200	(1.151)	396	1.710
Cíveis	15	133	(115)	3	36
Fiscais e previdenciários	215	(177)	(8)	(30)	—
Total	1.495	1.156	(1.274)	369	1.746

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em 57 (56 em 31 de dezembro de 2024) ações de natureza trabalhista, envolvendo o valor total em discussão de R\$5.476 (R\$5.221 em 31 de dezembro de 2024), sobre o qual foi constituída provisão de R\$1.455 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.710 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia tem ações possíveis, para as quais não há provisão no montante de R\$ 2.880 (R\$2.107 em 31 de dezembro de 2024). Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de pagamento de horas extras e de adicional de insalubridade.

Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em 8 (13 em 31 de dezembro de 2024) ações de natureza cível, envolvendo o valor total em discussão de R\$ 4.224 (R\$ 3.923 em 31 de dezembro de 2024), sobre o qual foi constituída provisão de R\$ 20 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 36 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia tem ações possíveis, para as quais não há provisão no montante de R\$4.101 (R\$ 3.799 em 31 de dezembro de 2024). Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de cobrança de responsabilidade contratual.

Processos fiscais e previdenciários

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte em 4 (4 em 31 de dezembro de 2024) ação de natureza fiscal e previdenciária envolvendo o valor total em discussão de R\$2.268 (R\$ 2.085 em 31 de dezembro de 2024), para o qual não há provisão em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. A Companhia tem ações possíveis, para as quais não há provisão no montante de R\$ 1.805 (R\$1.666 em 31 de dezembro de 2024). Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações relativas a ICMS.

Depósitos judiciais

A Companhia quando necessário efetua depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de R\$873 (R\$ 119 em 31 de dezembro de 2024).

16 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era de R\$ 64.161 e R\$ 60.548 respectivamente e está representado por 5.222.222 ações sem valor nominal, sendo 2.846.929 ações ordinárias (ON) e 2.375.293 ações preferenciais (PN).

As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais estabelecem direito a um dividendo 10% superior ao dividendo devido à detentores de ações ordinárias.

b) Reserva de lucro

Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76.

Incentivos Fiscais

A Companhia possui subvenções concedidas pelos governos estaduais, a título de crédito presumido, redução parcial e integral da base de cálculo de ICMS de determinados bens de sua cadeia produtiva, em acordo com o regulamento de cada Estado.

Estatutária

Constituída à base do saldo remanescente do lucro líquido após as destinações para constituição da reserva legal, não superior a 90% (noventa por cento) do lucro líquido ajustado, que terá por finalidade financiar a aplicação em ativos operacionais e/ou reforçar o capital de giro da Companhia, bem como de subsidiar novos investimentos.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Anualmente, como dividendo mínimo obrigatório, será partilhado entre os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais, a quantia correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado nos termos dos artigos 189, 190, 191 e ajustado nos termos dos incisos I, II e III do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

17 Receita líquida

A grande maioria das receitas da Companhia provém de contratos que se baseiam na ordem de um cliente pelos nossos produtos. As receitas são reconhecidas quando existe um contrato com o cliente, o preço da transação é mensurável de forma precisa e quando o controle sobre os bens vendidos é transferido para o cliente. A Companhia contabiliza um contrato, que pode ser verbal ou escrito, quando é aprovado e firmado por ambas as partes, os direitos das partes são identificados juntamente com as condições de pagamento, o contrato tem substância comercial e a exigibilidade é provável. Embora possa haver contratos gerais, o contrato só é estabelecido quando a ordem do cliente é aceita pela Companhia.

A Companhia avalia a transação para obrigações de desempenho distintas, que são as vendas dos seus produtos aos clientes. Cada obrigação de desempenho é reconhecida com base em um padrão de reconhecimento que reflete a transferência de controle para o cliente num determinado momento (localização do cliente), o que representa fielmente a transferência de controle e reconhecimento de receitas. Existem casos de retirada do cliente nas instalações da Companhia, caso em que o controle é transferido para o cliente nesse momento e a Companhia reconhece as receitas. As obrigações de desempenho da Companhia são normalmente cumpridas dentro de dias ou semanas após a aceitação da ordem.

A mensuração do preço da transação pode ser afetada por uma contraprestação variável, isto é, descontos, abatimentos, incentivos e o direito do cliente a devolver os produtos. Parte ou a totalidade do montante estimado da contraprestação variável é incluído no preço de transação, mas apenas na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no montante da receita acumulada reconhecida não ocorrerá quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida. Isto ocorre normalmente no ponto de expedição ou na entrega dos produtos, variando de cliente para cliente, de acordo com as condições de venda. No entanto, devido à natureza do nosso negócio, há uma contraprestação variável mínima.

Alocação do preço da transação a cada obrigação de desempenho identificada no contrato com base no preço de venda individual, incluem a estimativa dos preços de venda individuais incluindo descontos e contraprestação variável.

Nas demonstrações do resultado a receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, conforme apresentado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31.12.25	31.12.24
RECEITA BRUTA DE VENDAS		
Receitas de vendas de produtos e mercadorias	371.020	320.578
DEDUÇÕES DE VENDAS		
Devoluções e descontos	(22.472)	(18.405)
Impostos sobre as vendas	(65.030)	(55.002)
	(87.502)	(73.407)
RECEITA LÍQUIDA	283.518	247.171

18 Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente: (i) juros sobre empréstimos; (ii) juros de aplicações financeiras, registrados no resultado do exercício e provisionados de acordo com o método de juros efetivos; e (iii) ganhos e perdas associadas às operações denominadas em moeda estrangeira.

Apresenta-se a seguir o detalhamento das principais despesas e receitas financeiras:

	31.12.25	31.12.24
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	(12)	2
Juros passivos ⁽¹⁾	(2.305)	(3.019)
Juros ativos ⁽²⁾	7.387	6.469
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(47)	(52)
	5.023	3.400
 Receita financeira	 7.387	 6.469
Despesa financeira	(2.364)	(3.069)
	5.023	3.400

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2025, os juros passivos relacionam-se principalmente ao ajuste a valor presente de fornecedores e fornecedores risco sacado no montante de R\$ 1.687 (R\$ 2.134 em 31 de dezembro de 2024), não houve despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos no exercício (R\$ 224 em 31 de dezembro de 2024).

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2025, os juros ativos relacionam-se principalmente ao ajuste a valor presente de clientes no montante de R\$ 2.456 (R\$ 3.068 em 31 de dezembro de 2024).

19 Lucro por ação

Lucro básico e diluído:

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A tabela a seguir reconcilia o lucro aos montantes utilizados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31.12.25	31.12.24
Lucro líquido do exercício	22.645	25.823
 Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - Lote de mil	 2.847	 2.847
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais - Lote de mil	2.375	2.375
Total de ações em circulação - Lote de mil	5.222	5.222
 Lucro básico e diluído por ação ordinária (ON) - R\$	 4,1478	 4,7299
Lucro básico e diluído por ação preferencial (PN) - R\$	4,5626	5,2029

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

20 Custos e despesas por natureza

Apresenta-se a seguir o detalhamento das principais despesas por natureza e sua respectiva classificação por função:

Custo dos produtos vendidos

Custos de estoques, matéria prima e insumos
Salários e benefícios
Depreciação e amortização

31.12.25	31.12.24
(182.020)	(156.936)
(27.474)	(25.393)
(3.361)	(3.450)
(212.855)	(185.779)

Despesas administrativas e gerais

Salários e benefícios
Honorários, serviços e despesas gerais
Depreciação e amortização

(3.074)	(2.380)
(2.327)	(2.356)
(4)	(5)
(5.405)	(4.741)

Despesas com vendas

Salários e benefícios
Comissões
Fretes e outros
Propaganda e marketing
Perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa
Depreciação e amortização

(11.705)	(10.598)
(4.325)	(4.061)
(20.593)	(19.233)
(2.299)	(1.943)
(383)	163
(2.045)	(2.166)
(41.350)	(37.838)

21 Segmentos operacionais

A Companhia possui 2 (dois) segmentos divulgáveis, que são as unidades estratégicas de negócio. As unidades estratégicas de negócio oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de *marketing*. Para cada uma dessas unidades, a Administração, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho e pela tomada de decisões estratégicas, analisa os relatórios internos ao menos trimestralmente. A Companhia possui os seguintes segmentos reportáveis: processados resfriados e congelados.

O segmento de resfriados é representado pelos produtos: apresuntado, presunto, queijo, fatiados cozidos, linguiça defumada, linha *light*, mortadela, pão de alho, patês e salsichas. O segmento de congelados é representado pelos produtos: hambúrguer, linguiça frescal, linha festa, petiscos, pizzas, pratos prontos, sanduíches e vegetais.

A Companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro operacional.

A Administração da Companhia definiu os seguintes segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas:

	Receitas líquidas	
	31.12.25	31.12.24
Processados resfriados	219.909	199.391
Processados congelados	63.609	47.780
	283.518	247.171

	Lucro operacional	
	31.12.25	31.12.24
Processados resfriados	17.937	14.910
Processados congelados	5.955	3.884
	23.892	18.794

	Total de ativos	
	31.12.25	31.12.24
Processados resfriados	164.792	148.071
Processados congelados	47.666	35.482
	212.458	183.553

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Receitas e despesas financeiras líquidas	
	31.12.25	31.12.24
Processados resfriados	3.896	2.743
Processados congelados	1.127	657
	5.023	3.400

A Companhia também apresenta o total de ativos e as receitas líquidas por área geográfica. As aberturas de receitas líquidas estão sendo apresentadas conforme região para a qual a mercadoria é vendida demonstrando assim, os mercados onde os produtos são comercializados.

	Receitas líquidas apresentadas por área geográfica	
	31.12.25	31.12.24
Rio Grande do Sul	233.160	203.010
Santa Catarina	38.284	33.083
Paraná	9.186	8.696
Outros	2.888	2.382
	283.518	247.171

	Total de ativos por área geográfica	
	31.12.25	31.12.24
Rio Grande do Sul	174.722	150.758
Santa Catarina	28.689	24.568
Paraná	6.884	6.458
Outros	2.163	1.769
	212.458	183.553

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia reconhece os ativos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, exceto para contas a receber de clientes que são mensuradas ao preço da transação e subsequentemente classificadas pelo custo amortizado.

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial depende das características contratuais do fluxo de caixa de tais ativos e passivos financeiros e do modelo de negócio da Companhia para a sua gestão:

i. Valor justo por meio do resultado: incluem os ativos financeiros mantidos para negociação e os ativos financeiros designados no reconhecimento inicial pelo valor justo através do resultado. Nesta categoria, a Empresa classifica aplicações financeiras, títulos públicos, caixa margem e derivativos a receber e a pagar.

ii. Custo amortizado: representam ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia consiste em manter ativos e passivos financeiros com a finalidade de receber os fluxos de caixa contratuais, que constituem exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos financeiros a custo amortizado são subsequentemente medidos utilizando o método dos juros efetivos e estão sujeitos a *impairment*. Os ganhos e perdas são reconhecidos quando o ativo é amortizado, modificado ou tem uma redução no seu valor recuperável. Nesta categoria, a Companhia classifica caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores e fornecedores risco sacado e empréstimos e financiamentos.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos contratuais e desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos no balanço quando existe um direito legal de compensar os montantes reconhecidos e existe a intenção de os liquidar numa base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve depender de eventos futuros e deve ser aplicável no decurso normal dos negócios e em caso de *default*, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Instrumentos financeiros estão reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme quadro abaixo:

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	31.12.25	31.12.24
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
CDB	3	64.915	23.253
Custo amortizado			
Caixa e bancos	3	6.010	12.215
Contas a receber de clientes	4	35.110	29.814
Total		106.035	65.282
Passivos			
Passivos pelo custo amortizado			
Fornecedores	11	42.930	32.419
Fornecedores risco sacado	11	577	603
Dividendos declarados	14	5.431	6.206
Arrendamentos a pagar	10	908	1.394
Total		49.846	40.622

Hierarquia do valor justo dos ativos e passivos

A Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, conforme os seguintes níveis:

Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, sejam diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;

A Companhia reconhece as transferências entre os níveis de hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

	31.12.25		31.12.24	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos financeiros				
CDB	64.915	64.915	23.253	23.253

Resultado financeiro por categoria de instrumento financeiro:

	31.12.25	31.12.24
Custo amortizado	5.023	3.400
Total	5.023	3.400

Gestão de riscos:

Em sua rotina operacional, a Companhia gera exposições diversas a risco de mercado, de crédito, liquidez e riscos ligados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade. Tais exposições são controladas seguindo as diretrizes traçadas pela Administração.

A Companhia monitora os fatores de risco que possam levar a resultados financeiros prejudiciais nas suas diversas áreas e também propõe estratégias para mitigar estas exposições. Suas propostas são submetidas à avaliação da Administração, que supervisiona a implementação das novas soluções, observando limitações de alçada e as diretrizes da Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A seguir são apresentados os riscos e operações que a Companhia está exposta. Adicionalmente, também é apresentada uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco, que consiste na apresentação dos efeitos no resultado financeiro, de possíveis alterações (25% a 50%) nas variáveis relevantes de cada risco. Para o cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da Metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança (I.C.) de 99% e horizonte de um dia.

a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

b) Risco de taxa de juros

O risco da Companhia decorre das aplicações financeiras e das operações de empréstimos e financiamentos atreladas ao CDI. O valor contábil dos ativos e passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024 :

	Notas	31.12.25	31.12.24
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa CDI:			
CDB	3	64.915	23.253
		64.915	23.253

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos dos juros (CDI). Os cenários consideram variações de 50% e de 100% respectivamente do CDI.

Exposição	Risco	Cenário atual ⁽¹⁾	Cenário (I) VaR 99% I.C. 1 dia		Cenário (II) Variação da taxa em 50%		Cenário (III) Variação da taxa em 100%	
			Taxa	Efeito no Resultado	Taxa	Efeito no Resultado	Taxa	Efeito no Resultado
CDI	Queda	14,90%	14,84%	(39)	11,18%	(2.418)	7,45%	(4.836)

⁽¹⁾ Refere-se à taxa CDI de 31 de dezembro de 2025, divulgada pela B3.

c) Risco de variação cambial

Como as operações da Companhia estão concentradas no mercado interno, e consequentemente seus fluxos de caixa não estão sujeitos a variações cambiais de moedas estrangeiras, não há risco associado a variação de moedas. Dessa forma, a Companhia não está apresentando análise de sensibilidade quantitativa referente a risco da exposição a variações cambiais de moedas estrangeiras.

d) Risco de crédito

A Companhia está potencialmente sujeita a risco de crédito relacionado ao contas a receber de clientes e ao caixa e equivalentes de caixa. No caso do contas a receber, a diversificação da carteira contribui significativamente para a redução do risco de crédito, contudo a Companhia estabelece parâmetros para a concessão de crédito observando as medidas financeiras e operacionais, apoiada por consulta a agências de monitoramento de crédito. O *impairment* destes ativos financeiros é realizado com base em análises de crédito.

A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente. A análise inclui avaliações externas, quando disponíveis e, em alguns casos, referências bancárias. Os limites de compras são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente. Clientes que falham no cumprimento do limite de crédito estabelecido, irão operar somente em base de pagamentos antecipados.

A Companhia estabelece uma provisão para perdas por redução ao valor recuperável de clientes, que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia considera que um ativo financeiro está em *default* quando:

- i - O devedor tem poucas probabilidades de pagar as suas obrigações de crédito a Empresa na totalidade, sem que a Empresa recorra a ações como a realização de garantias (se alguma for mantida); ou
- ii - as perdas são esperadas com base no histórico operacional e de crédito do cliente.

Montantes aplicados em títulos privados (notadamente Certificados de Depósitos Bancários), bem como valores justos acumulados a receber em operações de proteção contratadas com bancos, devem obedecer a seguinte tabela de limites para que o volume total não ultrapasse um determinado percentual do patrimônio líquido da instituição financeira (%PL). Em conjunto, devem ser observados os limites quanto ao horizonte de tempo (horizonte máximo) para que a aplicação seja resgatada.

Categoria	% PL	Horizonte Máximo
AAA	2,00%	5 anos
AA	1,00%	3 anos
A	0,50%	2 anos
BBB	0,25%	1 ano

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Notas	31.12.25			31.12.24		
		Taxa de Perda (Média Ponderada)	Valor	Perda por ajuste ao valor recuperável	Taxa de Perda (Média Ponderada)	Valor	Perda por ajuste ao valor recuperável
Ativos							
Caixa e bancos	3	—	6.010	—	—	12.215	—
Aplicações financeiras	3	—	64.915	—	—	23.253	—
Contas a receber de clientes	4	-2,63%	35.110	(922)	-1,81%	29.814	(539)
			<u>106.035</u>			<u>65.282</u>	

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e da amortização dos encargos financeiros e principalmente dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia poderá incorrer para cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

O quadro abaixo apresenta os passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

31.12.25			
Nota	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Total
11	42.930	—	42.930
11	577	—	577
14	5.431	—	5.431
10.2	697	256	953
	49.635	256	49.891

31.12.24			
Nota	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Total
11	32.419	—	32.419
11	603	—	603
14	6.206	—	6.206
10.2	1.310	135	1.445
	40.538	135	40.673

f) Riscos ligados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

Nas operações da Companhia, existem exposições inerentes aos riscos relacionados às mudanças climáticas. No 31 de dezembro de 2025, a Administração considerou os dados e premissas destacados abaixo como principais riscos:

Mudanças estruturais e seus impactos nos negócios, tais como: (i) aspectos regulatórios e legais: regulamentação e legislação decorrente de autoridades brasileiras e/ou internacionais que incentivam a transição para uma economia de baixa emissão de carbono e/ou com maior biodiversidade e que aumentam o risco de processos legais e/ou restrições comerciais relacionadas à suposta contribuição, ainda que indireta, para a intensificação das mudanças climáticas; (ii) aspectos reputacionais: relacionado às percepções dos clientes e da sociedade em geral sobre a contribuição positiva ou negativa da Companhia para uma economia de baixa emissão de carbono.

23 Aprovação das demonstrações contábeis

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz Carlos Motta Nunes
Diretor Presidente

Guilherme Perboyre Cavalcanti
Diretor de Relações com Investidores

Erico de Arruda Holanda
Diretor Administrativo e Financeiro

Giselle Batista Semolini Ribeiro
Contador CRC - 1SP-277619/O-1

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Gilberto Tomazoni
Presidente do Conselho

Joanita Maria Maestri Karoleski
Conselheiro

Erico de Arruda Holanda
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia acompanhadas do relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes Ltda., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia nesta data.

Com base em nossa revisão, nas informações e esclarecimentos recebidos durante o decorrer do exercício e considerando o relatório de auditoria do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, sem ressalvas, emitido nesta data, o Conselho Fiscal não tem conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que o relatório da Administração e as demonstrações contábeis acima mencionadas não reflitam em todos os aspectos relevantes as informações nelas contidas.

Santa Cruz do Sul - RS, 20 de março de 2026.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Adrian Lima da Hora
Presidente do Conselho

Demetrius Nichele Macei
Conselheiro

Mario Ceratti Benedetti
Conselheiro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto 1º, do artigo 25, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório de auditoria da KPMG Auditores Independentes Ltda., sobre as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Santa Cruz do Sul - RS, 20 de março de 2026.

Luiz Carlos Motta Nunes
Diretor Presidente

Guilherme Perboyre Cavalcanti
Diretor de Relações com Investidores

Erico de Arruda Holanda
Diretor Administrativo e Financeiro